As eleições para as Autarquias

"Promover a qualidade de vida"
— é um dos objectivos fundamentais dos candidatos de Lisboa do PPM

Multiplicam-se por todo o País as sessões de esclarecimento comícios e outras formas de propaganda das forças políticas intervenientes no processo eleitoral em curso.

Assim para além das conferências de Imprensa já dadas por alguns partidos (PPD/PSD, na passada terça-feira, e ontem PPM, MRPP e Povo Unido e MUP) está já anunciada para às 19 horas de hoje uma outra a conceder pelos candidatos do PS para a Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Lisboa.

Entretanto, o PPD/PSD promove depois de amanhã, dia 5, no Pavilhão dos Desportos um comício promovido pelos candidatos daquele partido aos órgãos das autarquias locais de Lisboa.

No referido comício será apresentado o programa para a cidade de Lisboa devendo igualmente ser lançado e autografado o livro "Pelo Direito à Casa" de Helena Roseta, candidata à presidência da Câmara.

Pela importância das declarações proferidas, salientamos a exposição feita pelos candidatos do PPM.

"Realizar Lisboa; promover a qualidade de vida; viver plenamente numa cidade digna" — são os objectivos básicos do programa dos candidatos de Lisboa do Partido Popular Monárquico, ontem apresentados no decorrer de uma conferência de Imprensa.

o arquitecto Gonçalo Ribeiro Telles (primeiro nome da lista para a Câmara) leu enxertos do programa comentando os pontos fundamentais.

Foi salientada a necessidade de "viverem plenamente todos": — as crianças, os adultos e os velhos, e explicado um possível enquadramento regional de Lisboa e reajustamento da divisão comunal e administrativa.

"A Câmara de Lisboa — salienta o documento — tem de promover a criação de uma efectiva Federação de Municípios, englobando os actuais concelhos de Lisboa, Oeiras, Cascais, Sintra, Mafra, Loures, Sobral de Monte Agraço, Arruda dos Vinhos, Vila Franca de Xira, Almada, Seixal, Barreiro, Moita, Montijo, Alcochete, e ainda Palmela Setúbal e Sesimbra".

Ao futuro Governo da Federação Metropolitana de Lisboa competiria coordenar o desenvolvimento, fomento e enquadramento regional dos empreendimentos que excedam o âmbito municipal.

OS PROBLEMAS DA HABITAÇÃO

O grave problema da habitação, cuja incidência na zona da capital é sobejamente conhecida, foi igualmente abordada, pelos candidatos monárquicos, que pretendem que "cada fogo" seja dimensionado de maneira a permitir, mediante obras de adaptação, o serviço condigno duma família, constituindo portanto "um lar" permanente, durante uma vida.

Defendemos uma política de "casa própria" e para isso há que promover a propriedade horizontal, tanto nas novas construções, como na recuperação da cidade histórica.

Pretendemos recuperar a cidade para a habitação, promovendo a manutenção ou reintegração das "paredes históricas" e dos espaços que elas definem. Queremos dar uso habitacional a toda uma vasta área da cidade que está a morrer. Em Lisboa (concelho) há uma vasta possibilidade de se conseguirem habitações capazes, mediante obras de recuperação de "fogos" existentes.

Prometemos acabar com as demolições cuja finalidade seja a especulação, quer esta se traduza em aumento descompassado, e ilusório, de número de "fogos", efectivamente impróprios para a habitação, quer se apresente como meio de mera valorização financeira, sem benefício económico real, de determinado terreno ou área.

Vamos defender a imagem da cidade e a escala humana da rua, limitando racionalmente o volume, a altura e o número de "fogos" dos edifícios, para reduzir as concentrações de pessoas, e de viaturas estacionadas ou paralisadas, e para tornar a cidade soalheira, saudável e alegre. Os edifícios a construir terão o máximo de quatro pisos".

Mais adiante, sublinha-se que "não mais se poderá repetir o "Martim Moniz", nem outras demolições de edifícios recuperáveis, que nada substituiu, a não ser os espaços degradados que ficaram a sugerir os efeitos de terramotos, bombardeamentos, cheias, ou depradações que não aconteceram".

"VAMOS ACABAR COM A ESPECULAÇÃO DOS TERRENOS"

No capítulo da municipalização, socialização e comunalização do solo urbano, os candidatos do PPM afirmam que, "para se poder chegar a qualquer resultado neste campo, além de unificar os critérios das várias comunidades integradas na Federação (de Municípios), e de acordar com o Estado, e com os serviços e empresas autónomas ou independentes, há que pôr fim à desenfreada especulação com os terrenos, que caracterizaram os últimos vinte e cinco anos do regime corporativista, e que já renasceu (depois de breve interrupção de pouco mais de um ano, entre Fevereiro de 1974 e Julho de 1975) em pleno governo de Vasco Gonçalves.

Vamos acabar com a especulação dos terrenos. Para isso temos de estabelecer critérios que permitam uniformizar os preços e fixá-los dentro de limites que não favoreçam os "jogadores" dos terrenos para construção. Isso implica a determinação, nas áreas de expansão urbana de, pelo menos, cinco categorias de zonas, para fixação de preços respeitantes ao solo dentro do concelho de Lisboa e dos concelhos federados: zonas urbanas históricas; zonas urbanas de ocupação consistente; zonas de ocupação pouco densa; zonas de agricultura intensiva; e zonas rurais".

A estrutura urbana de Lisboa levou igualmente Ribeiro Telles a tecer diversas considerações frisando nomeadamente a importância da integração de "espaços livres" na zona habitacional, recuperação total dos interiores dos quarteirões para uso dos respectivos habitantes, e de dar à cidade uma autêntica "estrutura verde", com o prolongamento do Parque Florestal de Monsanto até ao Parque Eduardo VII e um "não" ao hipotético prolongamento da Avenida da Liberdade.

O PPM manifestou ainda o propósito de promover a instalação de um "monorail" desde o Pavilhão dos Desportos até Montes Claros, o qual Ribeiro Telles classificaria como uma "revolução na agradibilidade de viver nesta cidade".

Apontando, depois, mais alguns pontos do extenso documento, o dirigente o PPM esclareceria que "até 1980, é viabilizável oitenta por cento deste programa".

Na Madeira
Cinco agrupamentos políticos na corrida às urnas

FUNCHAL — (Do nosso correspondente Luís Filipe Malheiro) — Na Madeira como no Continente iniciou-se a campanha para as eleições das autarquias locais. Concorrem neste arquipélago apenas cinco partidos (PS, CDS, PPS/PSD, Frente Eleitoral "Povo Unido" e GDUPs).

Estas eleições são consideradas a última fase para a construção do edifício democrático português que todos desejamos ver concluído. Através destas eleições, o Povo Português pode participar activamente na resolução dos seus problemas.

Nesta ordem de ideias, os madeirenses aguardam com justificada expectativa tudo aquilo que os partidos políticos irão por certo dizer ao longo destes dias. E isto apesar de haver uma certa saturação, não somente verificada na Madeira, como também noutras partes do território nacional.

Para darmos uma ideia geral do panorama, começaremos por dizer que, em nove concelhos (exceptuando o Funchal onde concorrem todos os partidos, quer à Câmara Municipal quer às Assembleias Municipais ou de Freguesia), o Partido Socialista, o Centro Democrático Social e o Partido Social Democrata concorrem em todos os concelhos, enquanto que a Frente Eleitoral "Povo Unido" e os GDUPs concorrem somente em cinco.

Para as Assembleias Municipais verifica-se a aplicação dos mesmos números. Para as Assembleias de Freguesia (exeptuando no Funchal), o PPD/PSD concorre em todas as 40 Assembleias de Freguesia, o CDS concorre em 38, o PS somente em 18, os GDUPs em 8 e a FEPU em 3 apneas.

Portanto, na Madeira, só o PPD/PSD é que concorre às eleições para todas as Câmaras Municipais, Assembleias Municipais e Assembleias de Freguesia. De resto, compreende-se a posição da FEPU e dos GDUPs se olharmos aos resultados das últimas eleições regionais, nas quais os sociais-democratas obtiveram 63.948 votos (60.923 nas eleições de Abril para a Assembleia da República), o CDS obteve 10.177 (15.308 em Abril), o PS obteve 23.968 (28.673 em Abril), o PCP (agora FEPU) 1680 (contra 1959) e a UDP (agora GDUPs) 5.498 (1.467 em Abril).

Táctica do MRPP
"Concorremos para unir as massas"
— afirmou o candidato à Câmara de Lisboa

Com o objectivo de divulgar os seus pontos de vista acerca da conjuntura política em que se desenvolvem as eleições para as autarquias locais, bem como o programa e táctica do partido em relação ao próximo acto eleitoral, o MRPP promoveu uma conferência de Imprensa, à qual presidiu Fernando Rosas, que encabeça a lista concorrente à Câmara Municipal de Lisboa.

Após ter apresentado os candidatos que encabeçam as listas às Câmaras de Almada (Maria Emília Pais Gonçalves) e Oeiras (José Romão), o candidato de Lisboa, na sua intervenção, pôs a tónica "na enorme manipulação" de que tem sido alvo a presente lei eleitoral, referindo as diversas alterações que sofreu e que "foram legalizando irregularidades" e favorecendo o partido governamental e os outros "partidos da burguesia". Manifestou seguidamente a opinião contrária à ideia de que estas eleições sejam "apolíticas" e "apartidárias", salientando que através dessa "manobra" pretende-se desviar "a atenção das massas populares dos seus problemas concretos" a nível geral, e escondendo-se, desse modo, os partidos "do descrédito que têm junto do povo".

Mais adiante criticou também o facto de não existir uma "regulamentação" que defina "a competência e atribuição dos órgãos do poder local", sendo, assim, possível — como viria a salientar — "que o PS possa fazer posteriormente essa regulamentação, esvaziando assim o sentido das eleições".

"Concorremos a estas eleições, pois pretendemos — através desta possibilidade, chamar as massas a unir-se na defesa dos seus interesses e na luta pelos seus objectivos, bem como mobilizarmos forças para a realização do nosso próximo Congresso" — afirmou Fernando Rosas noutro passo das suas palavras.

Após salientar que o MRPP pretende utilizar a oportunidade proporcionada pelas eleições "como uma trincheira" na mobilização das massas populares, sublinhou que "a única alternativa para a crise "reside na formação de um Governo Popular".

O MRPP, nas actuais eleições, concorre em 58 concelhos a 58 câmaras municipais, 10 assembleias municipais e 111 freguesias. O número total de candidaturas é de 2462. A escala nacional as listas concorrentes cobrem 50 por cento do eleitorado.

"Povo Unido" quer devolver Lisboa ao seu Povo

Responsáveis da Frente Eleitoral Povo Unido (que, como se sabe, é constituída pelo PCP, MDP e FSP) afirmaram ontem em conferência de Imprensa o propósito de "devolver a cidade ao povo", ao falarem em nome dos candidatos para a Câmara e Assembleia Municipais.

Os elementos presentes na conferência (Silva Graça, Helena Cidade Moura, Jaime Serra, Oliveira Sá e Manuel Pedro) apresentaram o programa que se propõem executar caso venham a ser eleitos pelo povo de Lisboa, no qual se define uma "política que assegure a plena valorização da cidade e da população".

Sobre o programa de campanha eleitoral elaborado, os dirigentes da FEPU declararam que esperam efectuar cerca de 200 comícios e sessões de esclarecimento, devendo o comício de encerramento realizar-se no próximo dia 8 na Praça de Toiros do Campo Pequeno, com a presença de Silva Graça e José Tengarrinha sue são dois cabeças da lista dos dois órgãos a eleger.

Voto nulo é única atitude de esquerda
— considera a FERP

A Frente Eleitoral de Resistência Popular, após o seu congresso, realizado nos últimos dias de Novembro, no prosseguimento da sua acção antifascista e anti-socialfascista, sugerir o voto nulo nas eleições para as autarquias locais.

Nas circunstâncias actuais, a FERP considera que esta será a "única atitude progressista, revolucionária, verdadeiramente de esquerda".

O DIA

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E PUBLICIDADE: Rua Vitor Cordon, 27, Lisboa. Telefones 364292/363396/363614/363717/363781/364366/364157/364384 (Redacção); 364236 (Publicidade).

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: Mirandela & C.ª — Travessa da Condessa do Rio, 9 — Lisboa

TIRAGEM MÉDIA EM OUTUBRO/76 42 000 EXP.

O Conselho de Ministros decidiu

Ampla reestruturação da Procuradoria Geral da República e agravamento dos impostos sobre objectos de luxo

O Conselho de Ministros, na sua última reunião plenária, na passada terça-feira, aprovou três diplomas que vai enviar à Assembleia da República, com pedido de ratificação e deliberou ainda sobre diversas matérias da sua competência.

Os diplomas em questão preconizam alterações ao Código do Imposto de Transacções, tendo em vista o agravamento da carga fiscal sobre objectos de luxo, de ostentação ou supérfluos com o intuito de cercear o seu consumo. Outro dos diplomas legais aprovados e que brevemente será entregue em S. Bento, autoriza o Governo a emitir empréstimos internos a fim de cobrir eventuais encargos com a descolonização, com os investimentos do plano e ainda com aumentos de capital das empresas públicas e bem assim destinados à constituição de disponibilidades adequadas a uma boa gestão da Tesouraria do Estado. O terceiro dos importantes diplomas reestrutura a Procuradoria Geral da República, criando o lugar de vice-Procurador Geral e confere maior independência aos delegados do Ministério Público.

O Conselho de Ministros reiterou o seu apoio à política prosseguida pelo MEIC e exarou uma solene advertência contra os que prosseguem "na tentativa de destruir a Universidade".

No último Conselho de Ministros, o Governo decidiu ainda fazer cessar a intervenção estatal em diversas empresas por considerar que as actuações das gerências e administrações das mesmas não tinham feito perigar a sua actividade, atendendo a que a maioria dos trabalhadores se tinha pronunciado pelo regresso dos patrões e também por ser do interesse dos trabalhadores a normalização da vida comercial das empresas.

Ainda no que respeita a empresas intervencionadas, o Governo decidiu, também, a concessão de avales no montante de 30 mil contos cada um a favor das empresas AC e J. Pimenta.

Reestruturação da Procuradoria Geral da República

A proposta de lei aprovada pelo Conselho de Ministros que reestrutura a Procuradoria Geral da República e que deverá ser publicada até ao último dia do corrente mês, depois de ratificada pela Assembleia da República, define a PGR como "órgão superior do Ministério Público, presidido pelo Procurador Geral da República, cuja nomeação e exoneração é da competência do Presidente da República".

Na referida lei estatui-se que os agentes do Ministério Público "são magistrados responsáveis e hierarquicamente subordinados". Foram também "eliminados ingredientes de centralismo e autoritarismo contidos em algumas disposições do estatuto judiciário em vigor".

Assim "preconiza-se a natureza substitutiva das funções exercidas pelos ajudantes do Procurador Geral da República no STJ e STA, na Comissão Constitucional e no Tribunal de Contas".

É criado o lugar de vice-Procurador Geral da República e diversos sub-órgãos da PGR entre os quais figura o Conselho Superior do Ministério Público e o Conselho Consultivo da PGR.

O Governo aprovou os acordos entre Portugal e a Guiné-Bissau sobre a concessão de empréstimos reembolsáveis e o teor de um decreto-lei no qual se autoriza o Instituto Português de Conservas de Peixe a utilizar os subsídios que lhe foram concedidos ao abrigo dos Dec. Lei 750/75, 642/76 para fazer face aos encargos resultantes do desempenho normal das suas atribuições.

Outro diploma aprovado, cria lugares de coordenador regional do núcleo de Acção Social Escolar em cada uma das zonas da ASE dos ensinos preparatórios e secundário. O MEIC foi autorizado a aceitar a doação da Escola Lusitânia Feminina, em cujas instalações é criada a Escola Secundária do Arco do Cego.

Diversos Ministérios viram aprovados diplomas que tinham apresentado em Conselho de Ministros, sendo de salientar um decreto-lei referente ao pagamento de contribuições em dívida à Caixa de Previdência dos Comerciantes, do MAS e outro do Ministério do Trabalho que define o estatuto e competência dos agentes administrativos daquele Ministério.

O Conselho de Ministros procedeu a diversas exonerações e a algumas nomeações de membros de algumas comissões administrativas e de conselhos de gestão de várias empresas.

Galvão de Figueiredo na Horta:

"Ninguém melhor do que as gentes da terra será capaz de se governar"

O ministro da República dos Açores, general Galvão de Figuiredo, visitou a ilha do Faial, a quarta do arquipélago com a qual toma contacto.

Galvão de Figueiredo foi recebido na cidade da Horta pelo vice-presidente da Assembleia Regional dos Açores e pelos líderes dos grupos parlamentares do PS e do CDS. Na visita que fez às instalações da Assembleia Regional fez votos para que "o alto papel que esta casa tem de desempenhar, o desempenhe cabalmente a favor de toda a população açoriana". O ministro da República, deslocou-se, também, à Câmara Municipal da Horta e aos quartéis da PSP e da GF e esteve ainda nas dependências dos serviços de Obras Públicas e metereológicos.

Furante um jantar que o Município lhe ofereceu, o general Galvão de Figueiredo agradeceu o acolhimento que as autoridades e a população lhe dispensaram, afirmando a seguir:

"Ninguém melhor do que as "gentes da terra" será capaz de se administrar e de se governar, sabendo de ciência colhida na labuta do dia-a-dia, o que mais lhe convém e o que lhe é necessário."

E, terminou:

"Assim é que as populações açorianas dentro de uma autonomia que a Constituição determina, é o estatuto, ainda que provisório, detalha, tomaram nas suas mãos os seus destinos e poderão, portanto, traçar o seu futuro e abrir caminhos prósperos aos seus filhos.

Esta autonomia só tem por limites, dentro do todo nacional, as disposições constitucionais e o governo da República, no seu programa de governo, deu à Assembleia da República, e portanto à Nação, a garantia do seu respeito dessa disposição constitucional, e de outro modo não poderia ser, dentro do estado de direito e democrático em que os portugueses desejam viver e escolheram claramente."

As eleições para as autarquias

O apuramento dos resultados será mais moroso do que nos actos anteriores

Segundo informa um comunicado do STAPE, de momento, com a campanha em pleno decurso, este Secretariado Técnico dirige fundamentalmente as suas atenções para o escrutínio provisório.

Assim, com o Centro de Escrutínio Provisório e os circuitos de ligação dos Governos Civis àquele já montados, convém que sejam desde já levados ao conhecimento dos cidadãos eleitores e do público em geral outros pormenores que são de ordem estritamente técnica.

De facto, votando cada cidadão eleitor, no dia 12 de Dezembro, em três órgãos autárquicos diferentes (Assembleia de Freguesia — boletim de voto em papel branco, Assembleia Municipal — boletim de voto em papel amarelo e Câmara Municipal — boletim de voto em papel verde claro), o número e volume de mensagens, contendo os resultados para cada um daqueles órgãos e em cada uma das autarquias, a transmitir até ao Centro de Escrutínio Provisório, em Lisboa, será triplo do que se verificou em anteriores actos eleitorais, originando assim um acréscimo considerável de trabalho nas Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais e Governos Civis e uma consequente maior, morosidade no conhecimento final dos resultados provisórios da eleição. Chama portanto a atenção de todos os cidadãos para tal facto, pois se prevê que o processo de apuramento dos resultados provisórios se prolongue por dois períodos durante dois dias.

Pretende-se, deste modo, evitar que as pessoas se mantenham na expectativa constante do imediato conhecimento de todos os resultados da eleição, e também solicitar de todos os cidadãos a sua melhor colaboração sugerindo-lhes que não utilizem os telefones das Câmaras Municipais e Governos Civis na tentativa de assim conseguirem conhecer aqueles resultados.

"AS PRÓXIMAS ELEIÇÕES VÃO AJUDAR A CRIAR UM PORTUGAL RENOVADO"

Por sua vez, a Comissão Nacional das Eleições emitiu o seguinte comunicado:

"Realizam-se, no próximo dia 12, em todo o País, as primeiras eleições dos órgãos das Autarquias Locais. O período da campanha eleitoral começou hoje e findará à meia-noite do dia 10 de Dezembro.

O acontecimento assume grande importância histórica, que cumpre assinalar: pela primeira vez nos últimos 50 anos, vamos escolher directamente, e em plena liberdade, os nossos representantes locais na Freguesia e no Município, incumbidos de gerir os nossos interesses, livremente sem qualquer imposição ou coação.

As Autarquias Locais foram entre nós meros instrumentos da política dos governos e de interesses quase nunca coincidentes com os reais interesses das populações.

São agora pela primeira vez consagrados constitucionalmente os princípios da descentralização administrativa e da autonomia financeira. As populações que, melhor do que ninguém, conhecem, e sentem, o que é necessário para a defesa dos seus interesses, passam a dirigir os seus destinos e gerir os seus recursos sem intromissões de fora. Assim se evita o regresso a situações passadas tais como: o caciquismo, o tráfego de influências, as intervenções de cima, a preocupação de agradar a Lisboa.

Só existe democracia quando há participação real, directa e efectiva das populações na prossecução dos seus interesses, no local onde vivem e trabalham, na resolução dos seus problemas concretos. Quem melhor do que o habitante duma aldeia pode sentir as necessidades da terra, como a abertura duma rua, a electrificação da aldeia, a instalação de uma creche, a construção de uma escola?

É preciso que todos os cidadãos tenham a consciência de que podem e devem participar efectivamente na condução dos assuntos que lhes interessam de perto nas suas terras. A falta dessa participação dá origem à indiferença e ao abandono, à aceitação fácil de tudo o que vem de cima, situação tão do agrado dos ditadores.

Os órgãos que vamos eleger só serão verdadeiramente representativos se forem livre e esclarecidamente eleitos, e só assim poderão realmente representar os interesses das respectivas populações.

Deve reconhecer-se, portanto, justificadamente, que as próximas eleições dos órgãos das Autarquias Locais vão ajudar a criar um Portugal renovado.

Os novos horizontes sociais e políticos que a Constituição veio a tornar possíveis impõem a cada cidadão o dever de participar activamente na defesa dos interesses próprios do agregado local a que pertence.

Votar é o primeiro acto dessa participação activa.

O esclarecimento do eleitorado é o fim principal das campanhas eleitorais. Para o atingir, a lei garante a todos que intervêm no processo — partidos, frentes ou coligações, grupos de cidadãos eleitores — a devida liberdade de propaganda, pondo à sua disposição, em termos de perfeita igualdade, os meios necessários.

A Comissão Nacional das Eleições, com a experiência colhida nas eleições anteriores, exprime a certeza de que todos se comportarão com o civismo exemplar de que mais de uma vez deram provas.

E afirma-se convencida de que o próximo acto eleitoral será mais um passo, e muito importante, no caminho da democracia."

24 horas

Souto Cruz em Bruxelas numa reunião da NATO

O vice-almirante Souto Cruz, chefe do Estado-Maior da Armada, parte amanhã para Bruxelas, ondem em representação do chefe do EMGFA chefiará a delegação portuguesa na 63.ª reunião do Comité Militar da NATO, a nível de chefes de Estado-Maior, a qual se realizará no dia 6.

Ainda em representação do chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, o vice-almirante Souto Cruz fará parte da delegação portuguesa à reunião do Comité de Planos de Defesa que terá lugar no mesmo quartel-general em 7 e 8 de Dezembro.

O seu regresso a Lisboa está previsto para o dia 9 de Dezembro às 12.55 horas.

A entrada de Portugal na CEE discutida em Itália por Giscard d'Estaing

A inclusão de Portugal na CEE foi um dos temas da conferência que o presidente francês Giscard d'Estaing teve com políticos italianos, durante um encontro efectuado em Pisa. O presidente francês analisou, também, a proposta de admissão da Espanha, da Grécia e da Turquia. Nesta reunião, Giscard d'Estaing, que se deslocou ontem àquela cidade italiana, avistou-se ainda com o primeiro-ministro Andreotti e com o presidente Leone.

Conferência do PSD a partir de Março/77

Conferências a nível regional, seguidas de "mesas-redondas", serão promovidas pelas comissões distritais do PPD/PSD no decorrer do próximo ano. A primeira está marcada para Março, em Castelo Branco, devendo estar presentes Helena Roseta e Sérvulo Correia.

União das Associações de Comerciantes do Distrito de Lisboa

Telefone 574778 — Rua Castilho, 14 — Lisboa-1

AVISO

AO PÚBLICO E AO COMÉRCIO EM GERAL

Comunica-se que durante o mês de Dezembro os estabelecimentos estão abertos **aos sábados todo o dia.**

A DIRECÇÃO

PPD-PSD

PARTIDO SOCIAL-DEMOCRATA

GRANDE COMÍCIO

NO

PAVILHÃO DOS DESPORTOS

DOMINGO, DIA 5, ÀS 21.30 HORAS

1) Apresentação do Programa para a cidade de Lisboa.
2) Lançamento e autógrafos do livro "Pelo direito à casa" de Helena Roseta, candidata à Presidência da Câmara. Com a presença de:
Fernanda Mesquita, João Rosa, Nandim de Carvalho, Helena Roseta e Magalhães Mota